Júnior, na qualidade de chefe da estação postal de Benguela e encarregado da emissão de vales, desde 11 de Abril de 1909 até 30 de Junho de 1910, foi julgado quite por acórdão definitivo de 22 de Fevereiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Valores selados	250#000
Bilhetes de despacho de encomendas	900#310
Total — Réis	1:150#310

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:982. — Relator o Ex.º Vogal Pais de Figueiredo. — Responsável Augusto Domingos da Costa, na qualidade de chefe do posto fiscal de Arame, desde 1 de Julho até 31 de Dezembro de 1904, foi julgado quite por acórdão definitivo de 22 de Fevereiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, sem saldo.

Processo n.º 1:983. — Relator o Ex.º Vogal Pinto de Magalhães. — Responsável Gregório João Nicolau de Barros, na qualidade de recebedor da delegação aduaneira de Betul, desde 1 de Julho de 1910 até 30 de Junho de 1911, foi julgado quite por acórdão definitivo de 22 de Fevereiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, sem saldo.

Processo n.º 1:985. — Relator o Ex.º Vogal Sofia da Câmara. — Responsável Lourenço Francisco Xavier Gracias, na qualidade de recebedor da delegação aduaneira de Dabel (Estado da Índia), desde 12 de Fevereiro até 9 de Março de 1911, foi julgado quite por acórdão definitivo de 22 de Fevereiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, em rupias, de 138-2-1, que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 1:986. — Relator o Ex.º Vogal Nunes da Mata. — Responsável Rodrigo Augusto de Oliveira, na qualidade de tesoureiro da Alfândega da Guiné, desde 1 de Julho até 19 de Setembro de 1903, foi julgado quite por acórdão definitivo de 22 de Fevereiro de 1913, sendo a importância do débito igual à do crédito, sem saldo.

Está conforme. — 2.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 26 de Fevereiro de 1913. — António Guilherme de Araújo, chefe de secção.

Verifiquei a exactidão. — Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe de repartição.

Processo n.º 1:981

Relator o Ex.º Vogal Aresta Branco

Nos termos do regimento, e para os efeitos legais, publicam-se, por extracto, os seguintes ajustamentos das contas dos chefes da estação postal de Mormugão pela emissão de vales, julgados por acórdão definitivo de quitação de 22 de Fevereiro de 1913 e encarregadas sem saldo:

Responsável Damum Sinay Quercar, desde 1 de Julho de 1910, até 8 de Abril de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito.

Responsável Guiry Camotim Mamay, desde 9 de Abril, até 3 de Junho de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito.

Está conforme. — 2.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 26 de Fevereiro de 1913. — António Guilherme de Araújo, chefe de secção.

Verifiquei a exactidão. — Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe de repartição.

Processo n.º 1:984

Relator Ex.º Vogal J. Dinis

Nos termos do regimento e para os efeitos legais publicam-se, por extracto, os seguintes ajustamentos das contas dos recebedores da delegação aduaneira de Dabel, julgadas por acórdão definitivo de quitação, de 22 de Fevereiro de 1913.

Responsável Francisco Xavier Ernesto Fernandes, desde 1 até 7 de Julho de 1910, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo de rupias 122-6-9, que passou a débito da conta imediata.

Responsável Diogo Francisco Fernandes, desde 8 até 16 de Julho de 1910, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo de rupias 300-6-9, que passou a débito da conta imediata.

Responsável Ricasoly Coelho, desde 17 de Julho de 1910 até 11 de Fevereiro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo em rupias 235-1-7, que passou a débito da conta imediata.

Está conforme. — 2.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 26 de Fevereiro de 1913. — António Guilherme de Araújo, chefe de secção.

Verifiquei a exactidão. — Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe de repartição.

Processo n.º 1:987

Relator o Ex.º Vogal Sousa da Câmara

Nos termos do regimento e para os efeitos legais publicam-se, por extracto, os seguintes ajustamentos das contas dos delegados marítimos em Bissau, julgadas por acórdão definitivo de quitação de 22 de Fevereiro de 1913:

Responsável João José Vieira Barbosa, desde 12 de Novembro de 1908 até 24 de Janeiro de 1909, sendo a importância do débito igual à do crédito, sem saldo.

Responsável Anastácio Medina, desde 25 de Janeiro até 17 de Fevereiro de 1909, sendo a importância do débito igual à do crédito, sem saldo.

Responsável Joaquim Pires, desde 18 de Fevereiro de 1909 até 30 de Junho de 1910, sendo a importância do débito igual à do crédito, sem saldo.

Está conforme. — 2.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 26 de Fevereiro de 1913. — António Guilherme de Araújo, chefe de secção.

Verifiquei a exactidão. — Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe de repartição.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

2.ª Repartição

O Consulado de Portugal em Marselha, em officio n.º 8, de 25 de Fevereiro último, comunicou a esta Secretaria de Estado, o óbito do cidadão português, Miguel da Silva Ribeiro, ocorrido no Hotel de-Bade, em Nice, a 22 do mesmo mês, tendo o seu espólio sido arrecadado pelo Consulado português, nessa cidade.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 1 de Março de 1913. — Pelo Director Geral, Júlio Brandão Pais.

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Tornando-se indispensável reforçar as dotações dos artigos 8.º, do capítulo 3.º, e 16.º do capítulo 4.º do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para o corrente ano económico de 1912-1913, para completo pagamento, nos meses de Março a Junho de 1913, dos vencimentos dos funcionários do mesmo Ministério que se acham na situação de disponibilidade nos termos do artigo 89.º e seus números do decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911 e havendo sobras nas verbas dos artigos 6.º e 15.º dos respectivos capítulos, destinadas a vencimentos do pessoal dos quadros; hei por bem, sob proposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros, fundamentada em Conselho de Ministros o nos termos do n.º 5.º do artigo 25.º da lei de 9 de Setembro de 1908, decretar que no citado orçamento se efectuem as seguintes transferências de verbas: — Capítulo 3.º do artigo 6.º para o artigo 8.º, escudos 359,88. Capítulo 4.º, artigo 15.º para o artigo 16.º, escudos 183,32.

O presente decreto será publicado no *Diário do Governo*, imediatamente depois de registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, em 1 de Março de 1913. — Manuel de Arriaga — Afonso Costa — Rodrigo José Rodrigues — Álvaro de Castro — João Pereira Bastos — José de Freitas Ribeiro — António Macieira — António Maria da Silva — Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro.

Foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas

Repartição de Minas

1.ª Secção

Tendo requerido Paul Girod os direitos de descobridor legal da mina de volfrâmio do Casal, situada na freguesia de Pera do Moço, concelho e distrito da Guarda;

Vistos os documentos que demonstram terem sido satisfeitos os preceitos dos artigos 22.º e 23.º do decreto, com força de lei, de 30 de Setembro de 1892;

Visto o relatório do engenheiro que, por ordem do Governo, verificou a existência do depósito;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas;

Manda o Governo da República Portuguesa:

1.º Que o requerente seja reconhecido como proprietário legal do descobrimento da mina de volfrâmio do Casal, situada na freguesia de Pera do Moço, concelho e distrito da Guarda, cuja posição topográfica vai designada na planta que, por cópia, acompanha a presente portaria.

2.º Que os limites da demarcação provisória da referida mina, notados na mesma planta pelos traços de cor vermelha, formando um rectângulo A B C D, com a área de 50 hectares, sejam determinados do modo seguinte:

Ponto A, a 880 metros para nordeste da pirâmide geodésica da Rainha, medidos sobre a recta que, tirada pela referida pirâmide, forma com a linha Norte-Sul um ângulo de 51 graus e 30 minutos, aberto para nordeste;

Ponto B, a 1:000 metros do ponto A, medidos sobre a recta que forma com a anteriormente medida um ângulo de 34 graus, aberto igualmente para nordeste.

Os extremos das perpendiculares de 500 metros cada uma, levantados para Sul pelos pontos B e A, à recta B A, determinam respectivamente os pontos C e D. Toda a demarcação referida a um plano horizontal passando pela pirâmide geodésica da Rainha.

3.º Que, nos termos do artigo 33.º do citado decreto, são concedidos ao requerente seis meses, contados da publicação deste título no *Diário do Governo*, para requerer a concessão, devendo mostrar que possui a quantia

de 5:000#000 réis, mínimo do capital necessário para a lavra deste jazigo, e bem assim a proposta de pessoa idónea para dirigir os trabalhos de exploração, declarando que aceita o encargo com todas as suas responsabilidades, na inteligência de que, não se habilitando nestes termos, dentro daquele prazo improrrogável, será anulado o presente diploma, ficando o campo livre para novos registos.

O que se lhe comunica para seu conhecimento e mais efeitos.

Paços do Governo da República, em 28 de Fevereiro de 1913. — O Ministro do Fomento, António Maria da Silva.

Para Paul Girod.

Tendo Paul Girod requerido os direitos de descobridor legal da mina de volfrâmio da Barreirinha Branca, situada na freguesia de S. Pedro de Rocamundo, concelho e distrito da Guarda;

Vistos os documentos que demonstram terem sido satisfeitos os preceitos dos artigos 22.º e 23.º do decreto com força de lei de 30 de Setembro de 1892;

Visto o relatório do engenheiro que, por ordem do Governo, verificou a existência do depósito;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas;

Manda o Governo da República Portuguesa:

1.º Que o requerente seja reconhecido como proprietário legal do descobrimento da mina de volfrâmio da Barreirinha Branca, situada na freguesia do S. Pedro de Rocamundo, concelho e distrito da Guarda, cuja posição topográfica vai designada na planta que, por cópia, acompanha a presente portaria;

2.º Que os limites da demarcação provisória da referida mina, notados na mesma planta por traços a cor vermelha, formando um rectângulo A B C D, com a área de 50 hectares, sejam determinados do modo seguinte: Ponto auxiliar *x*, a 145 metros do ponto B da demarcação da mina do Seixal de Rocamundo, medidos sobre o prolongamento para o lado de oeste do lado A B da referida demarcação;

Ponto A, a 405 metros do ponto *x*, medidos sobre a recta que, passando por este ponto, forma um ângulo de 45º, com a recta anteriormente medida e aberto para oeste;

Ponto B, a 595 metros do ponto *x*, medidos sobre o prolongamento para sudoeste da recta A*x*;

Os extremos das perpendiculares de 500 metros cada uma, levantadas pelos pontos B e A à recta B A, para o lado de nordeste, determinam respectivamente os pontos C e D. Toda a demarcação referida a um plano horizontal, passando pelo marco B da demarcação da mina Seixal de Rocamundo.

3.º Que, nos termos do artigo 33.º do citado decreto, são concedidos ao requerente seis meses, contados da data da publicação deste título no *Diário do Governo*, para requerer a concessão, devendo mostrar que possui a quantia de 5:000#000 réis, mínimo do capital necessário para a lavra deste jazigo, e bem assim a proposta de pessoa idónea para dirigir os trabalhos de exploração, declarando que aceita o encargo com todas as suas responsabilidades; na inteligência de que, não se habilitando nestes termos dentro daquele prazo improrrogável, será anulado o presente diploma, ficando o campo livre para novos registos.

O que se lhe comunica para seu conhecimento e mais efeitos.

Paços do Governo da República, em 28 de Fevereiro de 1913. — O Ministro do Fomento, António Maria da Silva.

Para Paul Girod.

Tendo requerido a Paul Girod os direitos de descobridor legal da mina de volfrâmio da Fonte da Costa, situada na freguesia de Pera do Moço, concelho e distrito da Guarda;

Vistos os documentos que demonstram terem sido satisfeitos todos os preceitos dos artigos 22.º e 23.º do decreto, com força de lei, de 30 de Setembro de 1892;

Visto o relatório do engenheiro que, por ordem do Governo, verificou a existência do depósito;

Vista a consulta do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas;

Manda o Governo da República Portuguesa:

1.º Que o requerente seja reconhecido como proprietário legal do descobrimento da mina de volfrâmio da Fonte da Costa, situada na freguesia de Pera do Moço, concelho e distrito da Guarda, cuja posição topográfica vai designada na planta que, por cópia, acompanha a presente portaria;

2.º Que os limites da demarcação provisória da referida mina, notados na mesma planta pelos traços de cor vermelha, formando um rectângulo E F G H, com a área de 50 hectares, sejam determinados do modo seguinte:

Ponto E a 886 metros para sudoeste da pirâmide geodésica da Rainha, medidos sobre a recta que tirada pela referida pirâmide forma com a linha norte-sul um ângulo de 47 graus e 30 minutos, aberto para o norte.

Ponto F, a 1:000 metros do ponto E, medidos sobre a recta que tirada por este ponto para o lado de este, foram com a anteriormente medida um ângulo de 133 graus, aberto para norte.

Os extremos das perpendiculares de 500 metros cada uma levantados pelos pontos F e E à recta F E, para o lado do sul, determinam respectivamente os pontos G e H.

Toda a demarcação está referida a um plano horizontal passando pela pirâmide geodésica da Rainha.

3.º Que, nos termos do artigo 33.º do referido decreto, são concedidos à requerente seis meses, contados da publicação deste título no *Diário do Governo*, para requerer a concessão, devendo mostrar que possui a quantia de 5:000\$000 réis, mínimo do capital necessário para a lavra deste jazigo, e bem assim a proposta de pessoa idónea para dirigir os trabalhos de exploração, declarando que aceita o encargo com todas as suas responsabilidades, na inteligência de que, não se habilitando nestes termos, dentro daquele prazo improrrogável, será anulado o presente diploma, ficando o campo livre para novos registos.

O que se lhe comunica para seu conhecimento e mais efeitos.

Paços do Governo da República, em 28 de Fevereiro de 1913.—O Ministro do Fomento, *António Maria da Silva*.

Para Paul Girod.

Junta de Crédito Agrícola

Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de responsabilidade solidária e ilimitada, com sede em Serpa, em 31 de Dezembro de 1912

ACTIVO

Associados—sua dívida por cotas	54\$000	
Caixa	71\$155	
Empréstimos aos sócios por:		
Fiança	6:578\$075	
Hipoteca	4:420\$025	
Penhor	4:600\$000	15:598\$100
Caixa Económica Portuguesa	5:106\$103	
Mobiliário	26\$010	
		20:855\$368

PASSIVO

Fundo social:		
Cotas e jóias cobradas	247\$188	
Cotas e jóias em dívida	54\$000	301\$188
Depósitos a ordem	10:587\$730	
Depósitos a prazo	5:000\$000	
Empréstimos à Caixa:		
Junta de Crédito Agrícola	4:966\$450	
		20:855\$368

Os Directores, *Manuel Teotónio Faria*—*José Jacinto de Oliveira*.

Está conforme o original que fica arquivado na Secretaria desta Junta.

Lisboa, Junta de Crédito Agrícola, em 22 de Fevereiro de 1913.—O Secretário, *Júlio Torres*.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

1.ª Direcção

2.ª Divisão

Despachos efectuados nas datas abaixo designadas

Em 24 de Fevereiro findo:

Maria José dos Anjos—nomeada para o lugar de encarregada do posto do correio n.º 15, da cidade de Lisboa, sito na Rua Castelo Branco Saraiva, letra E, com a retribuição anual de 36\$000 réis. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 28 de Fevereiro de 1913).

Em portaria de 28 do mesmo mês:

Pedro Cândido Teixeira da Fonseca, segundo aspirante do quadro dos correios, de licença ilimitada—colocado na situação de disponibilidade, nos termos do artigo 308.º do decreto, com força de lei, de 24 do Maio de 1911.

Em despacho, datado de hoje:

António Claro—nomeado distribuidor supranumerário de Corucho.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 1 de Março de 1913.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.

Caminhos de Ferro do Estado

Conselho de Administração

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Por decreto de 22 de Fevereiro:

José Augusto da Rocha Pinto, sub-inspector de fiscalização e tráfego dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro—promovido a inspector de fiscalização e tráfego dos mesmos caminhos de ferro, precedendo concurso, para preenchimento da vaga resultante do falecimento do inspector José Lourenço Matias Vianna, ocorrido em 25 de Novembro último.

(Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 27 de Fevereiro último).

Lisboa, 1 de Março de 1913.—O Vogal-Secretário, *Pedro Arnaut de Meneses*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

2.ª Repartição

Suscitando-se dúvidas sobre se o decreto, com força de lei, de 11 de Novembro último, relativo à proibição do exercício da advocacia, é aplicável a todos os funcionários coloniais, sem excepção daqueles que se encon-

tram nas situações de aposentação ou reforma, e ainda doutros que, como os tabeliães de notas privativos, não são directamente remunerados pelo Estado: Manda o Governo da República Portuguesa declarar, aos governadores das províncias ultramarinas, que nas disposições do citado decreto não devem considerar-se compreendidos os funcionários aposentados ou reformados, nem os tabeliães de notas privativos, pois que o fim que, principalmente, se teve em vista com a sua promulgação, foi evitar os prejuízos do serviço público provenientes da incompatibilidade do exercício da advocacia com o desempenho de funções oficiais obrigatórias em determinadas condições de tempo e de lugar.

Paços do Governo da República, em 1 de Março de 1913.—O Ministro das Colónias, *Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro*.

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

Alfândegas

Despacho efectuado por portaria de 21 do corrente

José Figueiredo Alzamora, segundo aspirante do quadro aduaneiro de Angola e S. Tomé—sessenta dias de licença para se tratar.

Direcção Geral de Fazenda das Colónias, em 27 de Fevereiro de 1913.—Pelo Director Geral, *Manuel Fratel*.

CONGRESSO

CAMARA DOS DEPUTADOS

Reforma do sistema prisional

Relatório e bases

Senhores Deputados.—Durante o tempo que geri a Penitenciária de Lisboa—26 de Outubro de 1910 a 6 de Julho de 1911—saíram deste estabelecimento penal mais do duzentos delinquentes, os quais procurei estudar, auxiliado pelos registos médicos, pelas informações dos delegados das comarcas, infelizmente muito imperfeitas, e pelas notas sobre a sua conduta durante a prisão. Tam-bem quanto possível foram esses penitenciários observados nos seus estigmas físicos; inquiridos sobre os seus antecedentes mórbidos e hábitos sociais, hereditários ou pessoais; apreciados sobre o seu comportamento penitenciário; perguntados sobre a sua cultura literária e profissional; interrogados sobre a impressão que lhes fizera o regime celular nos primeiros meses de reclusão e ao depois; ouvidos sobre o meio que preferiam—o celular ou a comunidade do Limoeiro.

E, ao mesmo tempo que assim procedia, ia observando qual fora a acção do regime de isolamento. Isto contribuiu para colher ensinamentos e precisar opiniões sobre o regime da cela, sobre os indivíduos que o preferem e melhor suportam, sobre a resistência do delinvente segundo a idade e estado civil, e ainda sobre as doenças da Penitenciária.

A acção da cela

Sem receio de errar, pode dizer-se que a acção da cela quando não é nociva, nada beneficia.

Arranquem à massa dos condenados, aqueles que por motivo de ordem passional foram arrastados ao crime, e que, após ele, no reconhecimento da falta, encontraram a vergonha e a condenação de si próprios, e ficaremos com os que, por defeito orgânico ou hábitos contraídos, tem um senso moral defeituoso, inadaptável ao convívio e à harmonia social.

Ora os meios de moralização e a terapêutica caminhando a par e passo como correctivo dos vícios ou da doença do condenado podem proporcionar grandes triunfos; são estes porém prejudicados pela monotonia e de-pauperamento do cárcere.

Estes dois factores originam e acirram estados de angústia e de irritabilidade, preparadores do nevroses e de doenças mentais.

Além disto como preparar e inculcar hábitos sociais sequestrando o indivíduo à influência deles? A vida espiritual entre o preso e o professor, guardas e director, é demasiadamente curta para impregnar o indivíduo de novos costumes morais, e não dá margem a que ele desnude os seus defeitos.

As visitas da cela

Considera Duquetiaux, o fundador do regime pensilvano suavizado, na Bélgica, as visitas à cela como a alma do regime celular. A isto responde, e bem, Prins: «Seria assim se as visitas fôsssem de apóstolos a homens capazes de os compreenderem. Ora os apóstolos são raros; os indivíduos sensíveis ao apostolado são também raros; pouco a pouco as boas vontades desanimam em presença do insucesso dos esforços empregados». (Prins, *Science penale et droit positif*, p. 445).

Noutro livro, *Les criminels en prison*, o mesmo autor comentando as tais visitas diz: «os guardas são em pequeno número, apenas 1 para 25 ou 30 prisioneiros, não podem limitar-se senão a relancear a vista na cela e no trabalho, a contentar-se em verificar se os regulamentos estão cumpridos. É a estas formalidades e visitas muito rápidas dum preceptor ou dum capelão que se reduz o trabalho de emendar o criminoso».

É pois uma fantasia de sonhador julgar que com tais processos, que são os do regulamento das nossas Penitenciárias, a cela adquira o poder de operar uma ressurreição moral. Fácil é procurar adjectivos como faz A.

Rivière, na defesa do regime pensilvano suavizado, para aformosear o recinto penitenciário; o pior é que a prática não condiz com as palavras.

Respondendo aos optimismos de A. Rivière, diz Lagneau no seu *Rapport à l'emprisonnement cellulaire en Belgique*: «Incontestavelmente estas medidas para suavizar o regime são bem pensadas, mas as mais das vezes tem grande dificuldade na applicação. As visitas são muito raras, os trabalhos muito pouco interessantes, muito fastidiosos para quebrar a monotonia, para remediar o isolamento».

O processo de tornar a cela interessante, alegre, espiritual é outro: é rasgá-la de modo a inundá-la de luz que a tonifique e lhe quebre o tom monástico que a entristece, é alargá-la de modo a vivificá-la pela solidariedade do trabalho e dos deveres entre os reclusos.

A vida em comum na prisão

É verdade que o regime celular evita a promiscuidade, mas o fim da cela não se pode limitar a isto, tem também, e por principal objectivo, criar novos hábitos, integrar outros motivos morais.

Ora o preso, sendo um ser social, como é que pode habituar-se, adaptar-se à vida da sociedade, se não o forem introduzindo, a pouco e pouco, como uma criança que se educa, a um convívio social de aprendizagem. Só adextrando-o num meio tam parecido, quanto possível, àquele com que amanhã tenha de defrontar-se quando em liberdade, é que ele se poderá tornar um cooperador do equilíbrio social. Para quem se dedique à solidão, ao ascetismo, a cela será o ideal como instrumento de educação, mas para quem tenha de se preparar para a luta, não se compreende o isolamento, que só serve para atrofiar as qualidades de iniciativa e de combate que possam permitir o triunfo no meio livre.

Para o trapista não há receio destes prejuízos da cela, porque aceita de vontade o isolamento e nele deseja morrer, mas para o preso o seu fim é viver dentro da sociedade e não fora dela.

Quanto ao prejuízo da promiscuidade que muitos apontam, francamente, não o compreendo.

Porque motivo se consente a promiscuidade da escola, do atelier, da fábrica, da caserna, e não há-de permitir-se que relações semelhantes existam entre os que estão detidos?

Onde há mais risco para a segurança individual, é na sociedade, onde indistintamente, muito à vontade, o criminoso se acotovela com o homem honesto, ou na cadeia, onde a vigilância não se compara na sua superioridade com a do meio livre?

Que prejuízo moral pode haver em juntar duas ou mais criaturas que possuam a mesma educação e praticaram crimes indicadores da mesma índole moral?

Que prejuízo social pode existir em juntá-los numa mesma oficina, a fim de ir educando o indivíduo no trabalho moderno que, traduzindo luta, concorrência, incentivo, exige a cooperação, a solidariedade, o esforço de muitos?

E se não há prejuízo, que enormes utilidades e que vastas economias o Estado alcançaria, aproveitando o trabalho em comum dos incorrigíveis para grandes obras, tais como: serviços agrícolas, abertura de canais de irrigação, construção de prédios, de penitenciárias, etc.?

Em alguns anos o Governo Inglês, empregando os penitenciários em trabalhos de construção, criou 1:889 celas que custaram 2.300:000 francos. Os condenados ingleses, trabalhando ao ar livre, chegam a produzir mais do que o Estado gasta para sustentar os estabelecimentos penitenciários, Portland, Chatham e Portsmouth, onde estão destacados.

Em 1873, na Inglaterra, a despesa de cada penitenciário foi por dia cerca de 50 cêntimos, e na Bélgica, um franco. Em 1889, no Reformatório Elmira, a despesa total foi de 137:109,01 dólares, sendo de 922 presos a média da população criminal.

A despesa por dia e por indivíduo foi 40,8 cêntimos. O relatório não inclui a receita. (Winter, *L'établissement pénitentiaire à Elmira*, p. 187). O nosso custa-nos em média 500 réis.

Com os trabalhos agrícolas evitar-se-hia também o despovoamento dos campos a favor das cidades, em virtude da transformação dos camponeses em artífices, operada nas penitenciárias. Ainda mais: quantos o quanto desperdícios não seriam evitados com o ensino em comum dos presos? O actual ensino é caro pelo aumento do pessoal que acarreta e pelo tempo consumido em ensinar a mesma cousa isoladamente a cada preso.

Ao regime em comum chamarão pois promiscuidade, mas tal regime significa a vida, a força das sociedades e, por isso, estas só tem a lucrar preparando e não desabilitando o indivíduo a servir-se, a utilizar-se das suas faculdades de ser sociável. A única promiscuidade que avilta o revolta é a do criminoso de boa índole com o instintivamente mau.

No ano da minha gerência a despesa por preso foi de 462 réis e no ano anterior 503 réis.

Nesta importância estão, abatida a receita, incluídas as verbas destinadas ao pessoal ordinário, extraordinário, material de oficinas, despesas variáveis e salários a presos e famílias; e a média da população delinvente foi de 428 presos em 1910 e 1911 e de 500 no ano anterior. Para a alimentação gastou-se, por cada preso, na gerência monárquica de 1 de Julho a 26 de Outubro de 1910 a despesa com a alimentação foi de 141 réis, e durante a minha gerência foi de 428 réis. Isto foi devido a melhoria de tratamento, principalmente com os presos hospitalizados. Este aumento foi compensado fartamente por economias que permitiram que o deficit soffresse uma redução superior a 20:000\$000 réis. Vide o relatório da minha gerência.